FINANCEIRIZAÇÃO E OLIGOPOLIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO-MERCANTIL BRASILEIRO: A SESTRA E A DESTRA PERVERSAS NO ÂMAGO DA EDUCAÇÃO

João Paulo Costa Lima[1]
Rhoberta Santana de Araújo[2]

Resumo

O artigo analisa o segmento de ensino superior brasileiro, especialmente o privado-mercantil, quanto ao seu financiamento pelo Fundo Público, desde o início dos anos de 2000, e sua posterior expansão, desde 2007, quando grupos educacionais privado-mercantis, lançaram suas ações no mercado de capitais para comercializá-las (Financeirização). Criando depois a Oligopolização (concentração e centralização de capital), por via de fusões e aquisições interinstitucionais sistemáticas em todo o país. O incentivo legal aos negócios educacionais privados do país teve seu marco em 1996, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou Lei Federal nº. 9.394/96, que passou a prever a organização do ensino superior no país, consubstanciadamente, entre Estado e Iniciativa Privada. Fato é que em pouco mais de duas décadas, alguns grupos criaram uma robustez de capital e expansionismo extraordinários. Tal realidade tem precarizado o ensino superior público nacional e reduzido seus investimentos. Uma lástima, diante do avanço da esfera privada. Uma realidade atual que mostra o poder de mercado dos oligopólios do ensino superior.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Privado-Mercantil, Fundo Público, Financeirização, Oligopolização.

Introdução

A temática do presente artigo analisa a conjuntura evidenciada no segmento de ensino superior brasileiro, sob os desdobramentos das ações privado-mercantis, há quase uma década, que passaram a alterar a configuração da organização, da oferta e da expansão. Segundo Sampaio (2000), desde a promulgação da LDB de 1996, um novo aporte legal foi gerado à iniciativa privada do segmento no país. A partir dos anos 2000, alguns grupos privados do ensino superior criaram um novo planejamento estratégico, que visava incorporar o auxílio do Estado, na ampliação do volume de seus resultados operacionais (mercadológico-financeiros), de modo rápido e sistemático.

O que ocorreu para Amaral (2006), é que o financiamento público tornou-se necessário, à medida que a expansão das firmas privado-mercantis ocorreu, por capital próprio acumulado, e ampliou seus volumes de oferta de vagas no mercado. Como a demanda reprimida não respondeu a

[1] Doutorando em Educação (PPGED/UFPa), Pesquisador do Grupo (GEPES/UFPa). E-mail: paulogarcia77@gmail.com
[2] Doutora em Educação (PPGED/UFPa), Pesquisadora do Grupo (GEPES/UFPa). E-mail: rhoberta.araujo@gmail.com.

tais vagas, segundo dados de Hoper Consultoria (2007), sobre o ensino superior privado no país, as firmas precisaram buscar uma saída, que veio através do falso discurso, da provisão de acesso às camadas populares no ensino terciário, para captar financiamentos e subsídios do Estado.

Segundo Carvalho (2006), o plano era criar novas políticas públicas ou reestruturar as já existentes para beneficiar as empresas do ensino superior. Tais políticas preconizavam o falacioso discurso includente e a melhoria das condições materiais dos excluídos, escamoteando a criação e execução de Programas concessores de recursos públicos, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Lei nº. 10.260/2001, ou geradores de renúncia fiscal, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Lei nº. 11.096/2005, que fortaleceram e expandiram os negócios destas empresas.

Alguns grupos educacionais privado-mercantis foram além para ampliar seus lucros, lançando-se no comércio de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) a partir de 2007, processo chamado de Financeirização do Ensino Superior. O intuito era robustecer seu capital a um nível extraordinário, por meio do comércio rentista, com fundos de investimento do tipo *Private Equity*[3]. Tal fenômeno foi associado à prática oligopolista de mercado, concentrando e centralizando capital[4], via de fusões e aquisições interinstitucionais, prática que expandiu física e monetariamente tais grupos, apreciando suas ações no mercado de capitais. Tais práticas revelaram o novo movimento do capital mundializado contemporâneo, atrelado à lógica do mercado financeiro, que por via da Financeirização, da prática Oligopolista, e do Financiamento Público, alteraram profundamente o funcionamento anterior do segmento de ensino superior, precarizando-o, mercadejando-o com baixo valor agregado, e o dispondo à lógica do mercado.

O objetivo do artigo é analisar as novas e diferenciadas estratégias (político-ideológicas, financeiras e mercadológicas), que passaram a ser utilizadas por alguns grupos educacionais privado-mercantis no país, desde o início dos anos 2000, que lhes proporcionaram grande expansão. Um processo financista-oligopolista, que previu a captação de recursos estatais para financiar-se, e gerador de vultoso lucro, sem a realização de dispêndios extras de recursos próprios pelos grupos.

A abordagem do artigo é quantitativa, com caráter histórico-analítico, que visa desvelar a trajetória evolutiva histórico-mercadológica, da atuação dos grupos educacionais privado-mercantis

---

3 Private Equity é um Fundo comprador de participações em firmas ainda não listadas em Bolsa, aprimorando sua gestão, estratégia mercadológica, eficiência produtiva e lucratividade, para depois vender seu capital a outras companhias na Bolsa. Disponível em: **http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/fundos-de-private-equity-tem-lucro-de-17-com-empresas-fecha**. Acesso em: 10/05/2017.

4 Segundo Marx (2005), a estrutura de mercado concentradora e centralizadora de capital, seria formada por reduzidas firmas, oligopolistas, atreladas ao capital financeiro (capital bancário fundido com o industrial), num modelo de atuação que geraria crises de produção capitalista diversas, justamente, por tirar o capital investidor da esfera produtiva concorrencial, e migrá-lo para o mercado financeiro, multiplicando-o de modo fictício, interrompendo a única forma de produção da riqueza material conhecida, extraída no processo produtivo, pela alienação do trabalho operário pelo capitalista (mais-valia).

no país, analisando seu processo de financiamento, e geração de subsídios diversos, à custa do Fundo Público, sua opção pelo comércio de títulos no mercado financeiro (Financeirização), e sua posterior prática oligopolista (Oligopolização), delineada *pari passu* em seus mercados de atuação.

O artigo utilizou o método analítico materialista histórico dialético marxista, pois permite a construção de categorias analíticas, que desvelam as mediações do modo de produção capitalista, na configuração do ensino superior do país, expondo as contradições do processo expansionista dos grupos empresariais, sob a égide da financeirização e oligopolização. Assim, categorias como: mediação, contradição e totalidade, subsidiaram as análises do trabalho.

O artigo adotou ainda o levantamento bibliográfico pautado em: livros, artigos, revistas científicas, periódicos, e sites do governo, confiáveis e de domínio público. Foram utilizados dados da Consultoria Educacional Hoper, dispostos na forma textual.

O artigo se justifica, pela relevância temática na atualidade, haja vista a maciça expansão do segmento de ensino superior privado-mercantil no país, por conta das supracitadas estratégias deflagradas pelo mesmo, desde o início dos anos 2000, em seu mercado de atuação. A nova mercantilização do ensino superior está em curso, e ainda não foi objeto de análise aprofundada e sistemática, carecendo de novas análises ainda mais detalhadas.

1. A Deletéria Face Rentista e Oligopolista do Ensino Superior Privado- Mercantil Brasileiro: o axioma do triunfo do economicismo sobre os problemas sociais contemporâneos

Na década de 1990, a política neoliberal foi incorporada às economias de países periféricos, como os latino-americanos, incluindo o Brasil. Desde lá, uma série de mudanças socioeconômicas e políticas foi deflagrada à conjuntura nacional, e ao setor educacional. No segmento de ensino superior privado-mercantil, o perfil da atuação institucional e do ensino dispensado foi alterado.

As ações neoliberais contra reformistas[5] do Estado à política educacional no país, em meados dos anos de 1990, e logo após a promulgação da LDB de 1996, trouxeram à tona o contexto do Estado mínimo, contrário à manutenção de uma Educação qualitativa e gratuita à população. Passando a existir o Estado máximo, a serviço de interesses deletérios privados da classe dominante, custeando a expansão de seus negócios, e negando a provisão de serviços essenciais aos cidadãos.

Para Chesnais (1996), o novo capitalismo mundializado, foi reorientado e reconfigurado, para criar uma conexão, entre o "global" dominante, e o "local" dependente de investimentos, centralizando e concentrando capitais na esfera financeira, desprezando agora a esfera produtiva,

[5] Conforme Behring (2003, p. 198), o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) fez a transição da administração burocrática à gerencial. O PDRAE foi um ataque à Constituição de 1988, à Seguridade Social e ao funcionalismo público. Uma reforma de orientações econômicas neoliberais, que transferiu as funções do Estado ao mercado.

pois os investimentos na primeira eram mais rentáveis, livres do risco de empreender, e poderiam vincular-se a quaisquer ramos produtivos, ou de serviços, em qualquer lugar do mundo. Uma prática que visava o lucro máximo, em cada ciclo do capital, e virou fetiche à classe dominante capitalista.

Segundo Chesnais (2000, p. 16), foi durante a década de 1990, que o volume de operações financeiras se expandiu a nível global, com a transição do capital, do setor produtivo para o especulativo, marcando a segunda fase da acumulação capitalista, ou o modelo de acumulação flexível, com o predomínio de mercados financeiros globais, grupos investidores transnacionais, gestão corporativa organizacional, controle dos resultados operacionais, redução de estoques, minimização de perdas, além da precarização do trabalho, e da terceirização das atividades produtivas, condicionando as atividades empresariais à obtenção de lucro em primeira instância.

Para Harvey (1996) e Chesnais (1996), o vultoso capital fictício[6] existente no setor financeiro global, implantou a desregulamentação financeira, para flexibilizar as restrições legais à atividade financeira, existentes na estrutura do sistema bancário mundial, permitindo e estimulando cada vez mais, a entrada de novos investidores potenciais no mercado financeiro global.

Somente na última década, segundo Tavares e Maués (2012), é que alguns grupos do ensino superior privado-mercantil, também se renderam ao comércio de ações na BM&FBOVESPA, com grupos investidores transnacionais, que passaram a controlar administrativamente cada grupo. Uma gestão de resultados operacionais, no curto, médio e longo prazos, para gerar o lucro máximo. Na participação societárias dos grupos, surgiu a figura das Holdings[7] Educacionais, no controle de suas atividades financistas-oligopolistas em geral.

2. Novas Oportunidades do Setor Financeiro Mundial: ameaças ao setor educacional emergem

Segundo Lacerda (2002), a crise de acumulação capitalista da década de 1970, desencadeou uma nova forma de gerenciar os empreendimentos, de pensar e fazer as coisas, tendo surgido fenômenos como: a) Nova revolução tecnológica; b) Modelo de acumulação flexível; c) Reestruturação produtiva; e d) Globalização econômica, comercial, e alfandegária. Elementos que colocaram as finanças sobre o setor produtivo, e pulverizaram a riqueza social disponível, substituindo empresas familiares, por grupos rentistas mundiais.

---

6 É o capital investido em títulos de crédito (ações), gerador de periódico direito à apropriação regular de lucro por seus detentores, conhecido como dividendos ou juros. Disponível em: http://resistir.info/crise/capital_ficticio2.html. Acesso em: 05/06/2017.

7 Trata-se de uma empresa que possui a maioria das ações de uma ou mais empresas, sendo chamada de controladora, porque detém o controle da administração e das políticas empresariais destas. Disponível em: **https://www.significados.com.br/holding/**. Acesso em: 08/06/2017.

Para Lima (2002, p.165), o capital financeiro contemporâneo, quando se aplacou sobre o setor de serviços, percebeu o setor educacional do país, com alto potencial para ser explorado por certas frações de burguesia.

Segundo Chesnais (2005), a nova governança mundial do capital financeiro, criou uma estrutura de poder internacional, onde grupos rentistas realizavam transações globais, em conglomerados empresariais, que ampliaram o processo de privatização de vários setores produtivos, com lucros que ultrapassam o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países.

Para Haddad (2008) e Siqueira (2004), as ações expansivas comerciais entre os países, foram autorizadas por organismos internacionais reguladores, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), através de tratados de livre comércio de mercadorias, pessoas e serviços. A OMC via os setores produtivos e de serviços, como mercadoria lucrativa, inclusive a Educação.

Segundo Oliveira (2009), desde os anos 2000, quando a Educação Terciária passou a ser vista como mercadoria (commodity), um processo de reengenharia foi criado por organismos internacionais como: UNESCO, OCDE, e OMC, para facilitar sua comercialização, aprimorando as tecnologias da informação, e eliminando as barreiras politico-culturais que impediam sua oferta.

Segundo Chaves (2010), o modelo mercantil no ensino superior brasileiro, assumiu outra dinâmica, em meados dos anos 2000, balizado por meio dos fundos de investimentos *Private Equity*, que passaram a controlar boa parcela dos grupos privado-mercantis nacionais. Processo casado à formação oligopolista intensa, pois antes de 2007, os grupos privado-mercantis eram firmas familiares de pequena envergadura.

É importante considerar, segundo Gorgulho (2009, p.46), que a Universidade Anhembi-Morumbi foi a primeira do país, a ser comprada em 2005, por um grupo educacional transnacional (o Laureate). O autor destaca, que somente de 2005 a 2009, ocorreram 78 fusões e aquisições interinstitucionais no segmento, além das 27 maiores transações registradas no período, terem movimentado a cifra de R$11 bilhões.

3. Considerações Finais e Aproximações à Realidade Atual do Ensino Superior Nacional

A conversão forçosa mundial dos setores produtivos à extrema direita, ensejada pelo neoliberalismo, não ocorreu por letargia das forças de esquerda. Mas o retrato sombrio do presente resulta de princípios e práticas neoliberais, aplicadas na década de 1980 nos países ricos, e na de 1990, replicadas por alta coerção de organismos internacionais, às economias periférico-dependentes.

A supremacia do capitalismo mundializado contemporâneo, capturou o Estado, tornando-o mínimo no controle, e máximo em desregulações legais, que beneficiam o setor financeiro, e tudo

passaram a mercadejar, beneficiando os negócios capitalistas. O projeto de nação de esquerda ainda não aconteceu, e as reformas pretendidas à classe trabalhadora continuam no papel.

O liberalismo de mercado é o mal maior, e sua meta principal é precarizar o que resta do modelo de Estado do Bem-Estar Social. A política nacional continua a preconizar o Estado mínimo, a supressão dos direitos sociais, a desregulamentação legal, e o livre mercado. O capitalismo sempre se apropriará de todo excedente econômico, e depois o reinvestirá em novas produções, ou não, e em consumo do capitalista. O problema é que a faixa de lucros e de acumulação de capital está beirando níveis alarmantes. Assim, crises capitalistas surgirão, pois as contradições do modelo degenerarão o processo puro de apropriação da riqueza, via do trabalho produtivo.

Alguns setores conservadores, dizem que a esbórnia e a anomia criadas pelo capital financeiro, aumentaram as incertezas, o pessimismo, e diminuíram o empreendedorismo das pessoas. As pontas desfiadas do processo ainda podem ser achadas e emendadas, mas só com grande luta popular. A nova roupagem do ensino superior é mundializada, rentista e oligopolista, inserida no projeto global do capital, que prevê expansão continuada, como atestaram dados de Hoper Consultoria (2007), que mostraram o crescimento vultoso de 195% atingido pelo segmento privado-mercantil, contra apenas 18% da esfera pública neste período. Os lucros auferidos em tal segmento se tornaram iguais aos de grandes corporações internacionais, fatos que exigem profunda reflexão, sobre o futuro incerto da Educação Pública no país.

Bibliografia Consultada

AMARAL, Nelson Cardoso. **Limites à expansão do setor privado no Brasil: subsídios para análise do Censo de Educação Superior 2004**. Brasília, INEP, 2006, 53 pág.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil/Leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 04 de Maio de 2017.

BRASIL. **Lei nº. 11.096 de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. Regula a atuação das entidades de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: http://www.prouniportal.mec.gov.br. Acesso em: 20 de Abril de 2017.

CARVALHO, C.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, nº. 96, pág. 979-1000, 2006.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 31, nº. 111 abril/junho 2010.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. Revista Outubro. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº. 5, 2000.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

GORGULHO, V. Fusões no Setor Privado de Ensino Superior. **Revista do Ensino Superior**, nº. 128, pág. 46-48, maio, 2009. Segmento.

HADDAD, S. (Org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOPER EDUCACIONAL, Consultoria. **Análise Setorial Hoper do Ensino Superior Privado do Brasil - 2007**. São Paulo, 2007.

LIMA, Katia. Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley. **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, vol. II. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, nº. 108, pág. 739 a 760, Out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 de Maio de 2017.

SAMPAIO, H. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SIQUEIRA, Ângela. **A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS**. Revista Brasileira de Educação, nº. 26, Maio/Junho/Julho/Agosto, 2004.